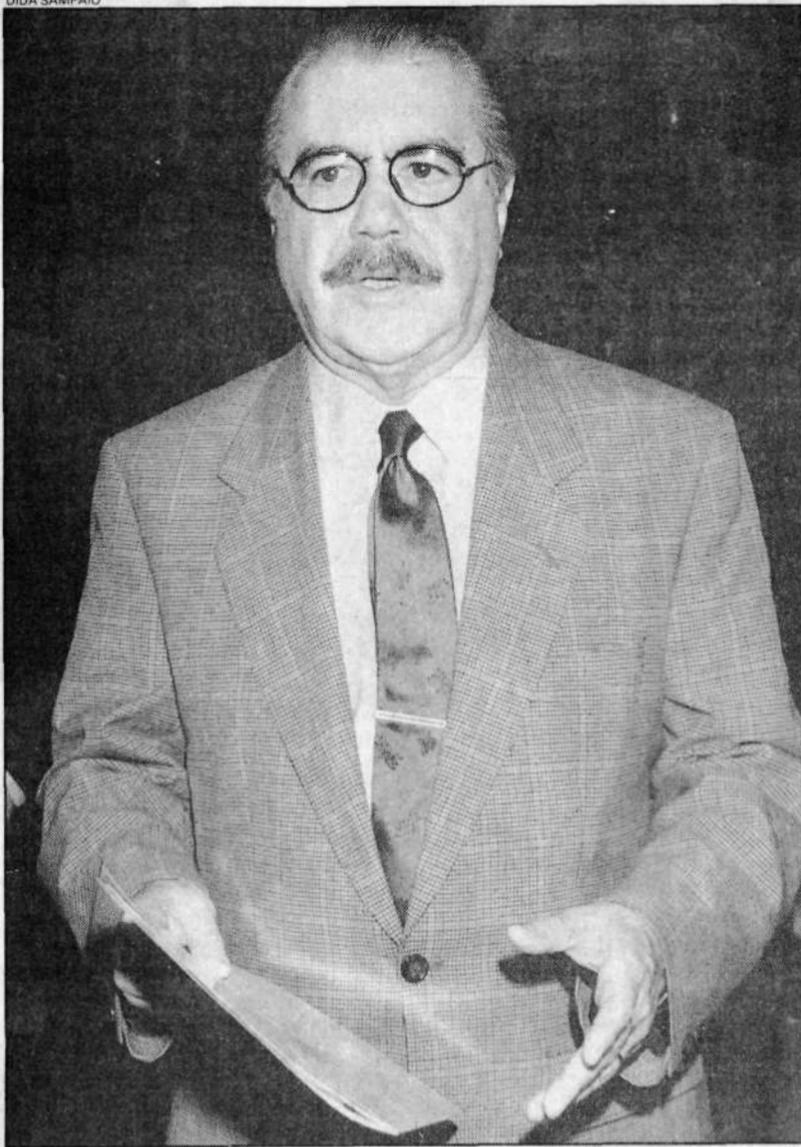


Sarney culpa Constituição por crise

DIDA SAMPAIO



Sarney diz que a Carta de 88 é uma tragédia corporativista e ultrapassada

Tarcísio Holanda

O ex-presidente da República José Sarney identifica duas faces na crise brasileira — uma de estrutura e outra de conjuntura. A de estrutura resulta do desprestígio do Congresso e de sua progressiva perda de legitimidade, o que decorreria principalmente do sistema eleitoral e partidário, com o voto proporcional personalizado que só existe no Brasil e na Finlândia. O outro país que o adotava, que era a Itália, acabou de bani-lo porque o identificou como uma das grandes fontes do desastre político nacional.

Outra razão mais próxima da crise é a Constituição de 1988 que, segundo Sarney, gerou a ingovernabilidade. Observa o ex-presidente que o Congresso votou uma Constituição híbrida, uma exótica mistura de parlamentarismo com presidencialismo, atribuindo ao Congresso poderes próprios do Executivo ou ações de governo e ao Executivo poderes específicos do Legislativo. As medidas provisórias são instrumentos que se constituíram na única legislação de peso, bastando dar como exemplo as que regularam o confisco da poupança, atropelando a Constituição uma vez que entravam em vigor antes de ratificadas pelo Congresso.

As medidas provisórias demonstraram um grande potencial de risco para o próprio sistema de equilíbrio do regime, segundo a análise do ex-presidente. Criou-se, assim, um prosaico sistema de ingovernabilidade do País. Para contorná-lo, o ex-presidente Collor tratou de constituir, segundo Sarney, um governo paralelo, no qual ele planejava e executava, colocava mais um imposto (a comissão PC) à margem da Constituição e das leis, depois de ter desagregado o Estado brasileiro.

Esse deliberado processo de destruição transformou a máquina estatal em um inútil e oneroso gigante. Em relação ao Congresso, o senador José Sarney acredita que o processo de desmoralização da instituição recebeu considerável ajuda da acumulação de poderes que experimentou com a Constituição de 1988.

“A verdade é que levaram para dentro do Congresso o coração de todo Governo, que é o Orça-

mento da República. Criaram a Comissão Mista de Orçamento, que levou para dentro do Congresso lobbies, interesses cultivados à margem da burocracia estatal, abrindo as portas dessa Casa a todos os desvios que hoje presenciemos”, acusa o ex-presidente da República.

Não satisfeitos com isso, segundo Sarney, os parlamentares ainda criaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, “na qual o próprio Congresso diz ao Poder Executivo como fazer a proposta orçamentária da União. Esta foi a grande porta aberta para o Congresso pela qual entraram as coisas que todos vêem, hoje, estarrecidos”.

“Cabe ao Congresso a função

de fiscalizar e acompanhar todos os atos do Executivo. A elaboração orçamentária está eivada de vícios”, diz o ex-presidente da República. “O Congresso deve discutir as opções estratégicas, se o Governo deve dar prioridade a este ou aquele setor, à educação ou à saúde, ou à defesa, nunca entrar no detalhamento de emendas que pulverizam os recursos, o que torna as coisas mais difíceis, sobretudo em momento de escassez como o atual”.

“Perdemos a grande oportunidade — instiga Sarney — com a Constituição de 1988, e agora estamos vendo naufragar nosso sonho de dar um passo firme no caminho da revisão constitucional. Fui um dos grandes defenso-

res da revisão e cheguei a ser acusado de ser responsável por ela, mas verifico que um Congresso enfraquecido, sitiado, amedrontado, não tem e nem pode ter condições para promover as reformas que o Brasil exige para sair desse estado de pessimismo e de desencanto, fazendo o regime operar, a democracia funcionar, para aproveitar as ricas potencialidades desse país-continente”.

Para o ex-presidente, não é a democracia que está em xeque no Brasil. Ela é o melhor sistema de governo que o homem descobriu, para o povo, pelo povo, com o povo, citando Lincoln. O que está em xeque, segundo Sarney, é a imperfeita realização desses valores democráticos.

Sarney acha que o Congresso está sendo desafiado a dar uma satisfação à Nação, demonstrando que é capaz de promover a sua purificação interna, tendo para isso que concluir essa tarefa da forma mais rápida possível.

“Tenho que ter, pela minha experiência — adverte — uma palavra sobre as virtudes da conciliação e da prudência. Não sairemos dessa crise sem um mínimo de consenso nacional, basicamente da classe política em torno de uma agenda mínima, partindo dos problemas mais simples para os mais complexos. Começando pelo que é convergente até chegarmos ao que é divergente”.

Sarney declara que, sem esse esforço das nossas lideranças políticas, “difícilmente fugiremos de graves problemas institucionais, a médio prazo”. Sarney sustenta que é urgente resolver a crise política para que o Brasil possa solucionar a crise econômica, como reconheceu o ministro Fernando Henrique Cardoso, ao tomar posse no Ministério da Fazenda.

“Ninguém pode ter a ilusão — alerta — de que poderemos resolver os problemas econômicos sem resolver os problemas políticos. Não será a reforma fiscal, o aumento de impostos ou outra qualquer medida que nos salvará. Hoje, só a solução do problema político nos levará à solução da crise econômica”.

Problema é de legitimidade

O que acontece hoje no Brasil, segundo o senador José Sarney, é que dois meses depois das eleições os deputados se sentem aliviados, porque libertados do clima eleitoral e de compromissos com os eleitores. O Congresso se envelhece e logo se inicia um processo fulminante de perda de legitimidade, como se fosse uma hemorragia contínua, progressiva.

Com a evolução permanente dos meios de comunicação de massa e o poder que passam a deter as pesquisas de opinião pública, essa legitimidade política é aferida diariamente. Antigamente, eram a eleição e o período do mandato que davam legitimidade. Hoje, as pesquisas de opinião o fazem a intervalos de 15 dias — constata Sarney, preocupado com a alienação que aqui existe em relação a esses novos elementos.

Não se trata de algo que se verifique apenas no Brasil. Trata-se de um fenômeno que atinge os parlamentos no mundo inteiro. O problema é que, no Brasil, essa crise se transformou em um grande desastre, na opinião de Sarney. “Pois se lá fora podem amortecê-la com a sua força e autenticidade, em nosso País não há tradição, os partidos inexistentes, órfãos de representatividade e de tradição, ficando os eleitores entregues à própria sorte, à deriva do corporativismo e do sensacionalismo, sem esquecer o maior demônio da vida política, que é a tentação demagógica de se engendrar soluções fáceis para problemas difíceis”, avalia o ex-presidente. “A saída está em fazer uma grande reforma política”.

Carta de 1988 fechou economia

A Constituição de 1988 é uma tragédia. Ela não foi feita com a preocupação pelo futuro do País, mas com uma forte visão corporativista, inteiramente voltada para o passado e fugindo a todas as definições importantes e de interesse da Nação. É o que diz o senador José Sarney, para quem a Constituição preferiu evitar as definições, optando pela porta espúria das centenas de leis complementares que prevê.

O ex-presidente reconhece que a Constituição de 1988 criou o que hoje é uma irreversível tendência mundial — o capítulo dos direitos sociais. Porém, ao mesmo tempo, “ao invés de abrir as portas para que o País ficasse rico, preferiu fechá-las, autarquizando ainda mais a economia brasileira. Se antes tínhamos um monopólio, passamos a ter mais sete, além de mais de 40 formas de intervenção do Estado na economia”.

“Isso significa”, diz Sarney, “que o Estado virou detentor de mais da metade da economia nacional, sem ter um tostão para investir. O povo viu-se obrigado a financiar esse ente monstruoso de intervenção econômica. O ex-presidente não opta pelo neoliberalismo, achando que o Estado tem papel relevante no mundo de hoje”.

O problema não é propriamente a dimensão do Estado, mas a qualidade dessa inter-

venção, que deve ser gigantesca, em seu entender, na oferta dos serviços essenciais à população, como a saúde, educação, infra-estrutura e previdência social, ou seja, na melhoria da qualidade de vida das pessoas. “O que aconteceu no Brasil?”, indaga Sarney, para ele mesmo responder.

“Ampliaram-se as fontes de despesas e evitaram-se as fontes de aumento da receita. Levantaram barragens para o ingresso da poupança externa, quando o País está com os níveis de poupança mais baixos nos últimos tempos, enquanto todos os países do mundo envolvem-se numa disputa acirrada pelo privilégio de receber grandes fluxos de capitais internacionais. Com isso, criamos uma forma perfeita de paralisia, que asfixia a economia do País”.

“Como presidente”, diz Sarney, “denunciei várias vezes que o Brasil ficaria ingovernável, mas jamais imaginei que essa ingovernabilidade redundasse na criação de um sistema paralelo de corrupção, que invadiu o Executivo e o Legislativo”.

Para o senador pelo PMDB do Amapá, não se pode dissociar o episódio do impeachment do rumoroso escândalo que envolve um grupo de parlamentares na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. “Ambos estão intimamente associados, compõem um mesmo e triste processo, que certamente trará mais desdobramentos ainda em um tortuoso novelo, que a gente sabe como começa, não como termina”, avalia o ex-presidente com uma ponta de mistério.

Solução seria voto distrital

No caso concreto do escândalo da Comissão de Orçamento, o ex-presidente Sarney identifica o voto proporcional como o maior responsável pela melancólica política brasileira atual. O voto proporcional personalizado, em seu entender, destrói os partidos, fragmenta-os e multiplica-os, tornando o regime inoperável.

Basta isso, segundo o ex-presidente, para que se tenha uma idéia mais clara da inautenticidade desse sistema político-partidário. Observando que sem partidos não há democracia, Sarney lembra que o deputado é apenas o resultado de sua capacidade de aglutinar apoio para o dia da eleição, sem qualquer preocupação doutrinária.

“Ele necessita sempre”, denuncia, “de uma fabulosa soma de recursos, uma vez que pode ser votado em todo o universo de seu Estado. Isso faz com que o deputado precise multiplicar os seus meios de acesso ao eleitorado e pode ser tentado a sair dos limites da lei”.

Em 1964, Sarney acompanhou a campanha do presidente norte-americano Lyndon Johnson, quando teve oportunidade de conversar com os presidentes dos partidos Democrata e Republicano. Ambos lhe disseram que, por maior que sejam os controles legais sobre o abuso do poder econômico, eles se mostravam ineficazes. E Sarney concluiu:

“Se isso existe numa democracia rica como a americana, que pratica o voto distrital, calcule para uma democracia pobre como a nossa, que adota o voto proporcional personalizado”.